



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I - OBJETO

PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CURSO: “CURSO TURMA II – COMO FAZER O RREO E O RGF – RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.”

II – FUNDAMENTAÇÃO

A presente contratação está fundamentada no art. 66, do Decreto Municipal nº 54/23, bem como no art. 74 da Lei nº 14.133/21:

Decreto Municipal nº 54/23

Art. 66º O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes elementos:

(...)

§ 1º A elaboração do estudo técnico preliminar e análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites do incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independente da forma de contratação

Lei nº 14.133/21

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)



f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

III - SOLUÇÃO COMO UM TODO

A elaboração do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é fundamental na Administração Pública por várias razões:

- **transparência:** ambos os Relatórios promovem a transparência na gestão fiscal, permitindo que Cidadãos e Órgãos de controle acompanhem como os Recursos Públicos estão sendo utilizados.
- **Prestação de Contas:** eles são instrumentos essenciais para a prestação de contas, garantindo que os Gestores Públicos demonstrem a aplicação correta e eficiente dos recursos, conforme as metas estabelecidas nas Leis Orçamentárias.
- **Responsabilidade Fiscal:** a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige a elaboração desses Relatórios para assegurar a responsabilidade na gestão das finanças públicas. Isso ajuda a evitar abusos e má gestão, promovendo o uso eficiente e efetivo dos Recursos.
- **Planejamento e Controle:** o RREO e o RGF fornecem informações detalhadas sobre a execução orçamentária e a situação fiscal, permitindo um melhor planejamento e controle das finanças públicas. Isso é vital para a tomada de decisões informadas e para a sustentabilidade financeira dos Entes Federativos.
- **Cumprimento Legal:** elaboração e publicação desses relatórios são exigências legais, tanto pela Constituição Federal quanto pela LRF. O não cumprimento dessas exigências pode resultar em sanções, como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A contratação em tela adentra ao requisito da singularidade do serviço e da Pessoa Jurídica que dispõe de *expertise* para este tipo de Capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, conforme prevê a Lei nº 14.133/21 (*vide* Item II).
- Ao recorrermos à Doutrina Especializada, verificamos que Joel de Menezes Niebuhr, em sua obra: “Licitação Pública e Contrato Administrativo” atribui aos serviços enumerados como de notória especialização, a seguinte premissa:

“A inexigibilidade de licitação depende da singularidade do objeto do contrato e, também, da pessoa contratada. A propósito, o inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/21 prescreve a



inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual **com profissionais ou empresas de notória especialização**. O texto é claro ao exigir que o contratado seja reputado **notório especialista**.”

- Para assegurar esta “notória especialização” a Pessoa Jurídica precisa demonstrar a sua Qualificação Técnica que ateste sua capacidade em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Programa

1. Fundamentos
2. Legislação
3. Manual de Demonstrativos Fiscais
4. Mapeamentos
5. Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
6. Demonstrativos
 - A. Anexo RREO 1 - Balanço Orçamentário;
 - B. Anexo RREO 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
 - C. Anexo RREO 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
 - D. Anexo RREO 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
 - E. Anexo RGF 5 - Demonstrativo das Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;
 - F. Anexo RREO 11 - Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
 - G. Anexo RREO 13 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas;
 - H. Anexo RREO 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
 - I. Anexo RREO 10 - Projeção Atuarial do Regime de Previdência;
 - J. Anexo RREO 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
 - K. Anexo RREO 12 - Demonstrativos das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
 - L. Anexo RGF 1 - Demonstrativo da despesa com pessoal;
 - M. Anexo RGF 2 - Demonstrativo da dívida consolidada - DCL;
 - N. Anexo RREO 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal;
 - O. Anexo RGF 4 - Demonstrativo das operações de crédito;



P. Anexo RREO 9 - Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital;

Q. Anexo RGF 3 - Demonstrativo das garantias e contra garantias.

7. Matriz de Saldo Contábeis

8. Consolidação dos demonstrativos do RGF

9. Notas explicativas

10. Publicidade dos Relatórios

MODALIDADE: Presencial em Florianópolis

CARGA HORÁRIA: 10h

DATAS: 12/09 e 13/09

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Para este objeto específico não caberá a emissão de Instrumento de Contrato, sendo o mesmo substituído pelo Empenho.

VII - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá em Conta Corrente da Contratada, condicionado à liquidação da Nota de Empenho.

VIII - SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Será necessária a apresentação por parte do contratado dos seguintes documentos:

- Cartão de Inscrição do CNPJ, **devidamente atualizado;**
- Certidões Fiscais Negativas ou Positivas com Efeito de Negativas, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, **devidamente atualizado;**
- Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa Trabalhista e de Certificado de Regularidade do FGTS, **devidamente atualizado;**
- Contrato Social e suas Alterações;
- Por fim, a Pessoa Jurídica apresentou Atestados Técnicos que indicam capacitação e especialização da mesma para desempenhar as atribuições contidas no objeto.

IX - VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a proposta final de preços, a Pessoa Jurídica IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº: 28.474.582/0001-67, cotou o valor total correspondente à **R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais) por Servidor Municipal.**



X - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças
- Unidade 01 – Departamento de Administração
- Proj/Ativ. – 2.008 – DES. ATIV. DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
- 220 – 3.3.90.00.00.00.00.00.02.0700

XI - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (RS)	VALOR TOTAL (RS)
1	PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CURSO: “CURSO TURMA II – COMO FAZER O RREO E O RGF – RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL”	UNID	1	790,00	790,00

XII – LOCAL DE ENTREGA

- O Curso ocorrerá na modalidade Presencial, conforme Programação da Contratada, nas datas de 12 e 13, do mês de setembro de 2024.

Painel/SC, 11 de setembro de 2024.

Dirceu da Silva Subtil
Secretário Municipal de Administração e Finanças